

# ESPECIFICAÇÃO

## Nº 2024.0917.00071-5

Especificação Técnica para Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Elaboração de Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projetos Legais, Projeto Executivo de Arquitetura e Complementares para a construção de 01 Sede Institucional para o **Parque Estadual do Araguaia**, localizado no município de Novo Santo Antônio/ MT, Unidade de Conservação Beneficiada pelo Programa COPAÍBAS

Rio de Janeiro, Junho de 2024

## SUMÁRIO

1. OBJETO .....	3
2. CONTEXTOS E ANTECEDENTES.....	3
3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO .....	5
4. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO.....	5
5. ESCOPO DOS SERVIÇOS.....	9
6. RESULTADOS, PRODUTOS ESPERADOS E CRONOGRAMA.....	16
7. EQUIPE TÉCNICA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA.....	16
8. PLANEJAMENTO GERENCIAL DAS ATIVIDADES .....	18
9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS .....	18
10. DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS.....	19
11. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR DA UC.....	20
12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	20
13. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS .....	22
14. DIREITOS AUTORAIS .....	22
15. RESPONSABILIDADE TÉCNICA .....	23

---

**Especificação nº 2024.0917.00071-5**

---

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO PRELIMINAR, ANTEPROJETO, PROJETOS LEGAIS, PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES PARA A CONSTRUÇÃO DE SEDE INSTITUCIONAL PARA O PARQUE ESTADUAL DO ARAGUAIA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, ESTADO DO MATO GROSSO, UNIDADE DE CONSERVAÇÃO CONTEMPLADA PELO PROGRAMA COPAÍBAS

---

**1. OBJETO**

Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Elaboração de Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projetos Legais e Projeto Executivo de Arquitetura e Complementares para a construção de Sede Institucional para o Parque Estadual do Araguaia, localizado no município de Novo Santo Antônio, estado de Mato Grosso, conforme especificações a seguir.

**2. CONTEXTOS E ANTECEDENTES**

**FUNBIO E O PROGRAMA COPAÍBAS**

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), gestor financeiro dos recursos aportados para esse Projeto, é uma associação civil sem fins lucrativos que iniciou sua operação em 1996. É um mecanismo financeiro privado inovador, criado para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Atua como parceiro estratégico dos setores público, privado e da sociedade civil organizada, em parcerias que consolidam políticas de conservação, viabilizam programas de financiamento ambiental e também investimentos socioambientais de empresas, redução e mitigação de seus impactos, bem como o cumprimento de suas obrigações legais.

O FUNBIO é responsável pela execução operacional do Programa Copaíbas e dentro desse contexto, providencia as aquisições e contratações para as UC's contempladas com recurso desse Programa.

O Programa COPAÍBAS, tem como objetivo principal contribuir para a redução da taxa de desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado.

Para isto, o Programa está estruturado em quatro metas: 1. Fortalecer o sistema de áreas protegidas do Cerrado; 2. Fortalecer a gestão territorial dos povos indígenas; 3. Sensibilizar e promover o diálogo qualificado sobre temas afetos às mudanças climáticas e conservação da biodiversidade e, por fim; 4. Promover alternativas econômicas que preservem florestas e vegetação nativa por meio da estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Cerrado e Amazônia e investimentos estratégicos em Cadeias de Valor (CV) da sociobiodiversidade.

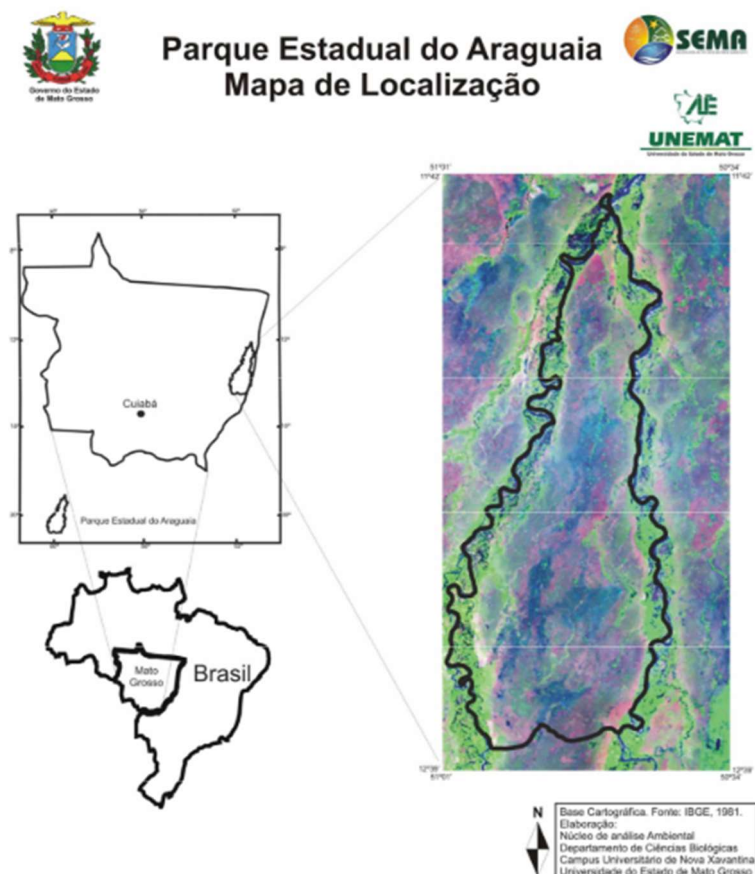
A primeira meta, que trata de Unidades de Conservação (UCs) públicas e privadas, apoia atualmente 21 UCs no Cerrado, todas criadas em âmbito estadual. Para atendimento desta meta, foram pensadas ações de estruturação (consolidação) destas Unidades, tais como

elaboração de Plano de Manejo, fortalecimento do Conselho Gestor, demarcação da UC e melhorias das instalações disponíveis nas Unidades.

Desta forma, a presente especificação contempla ações no Parque Estadual do Araguaia, localizado no município de Novo Santo Antônio, estado de Mato Grosso, para Elaboração de Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projetos Legais e Projeto Executivo de Arquitetura e Complementares para a construção da Sede Institucional da na Unidade de Conservação em tela.

#### **PARQUE ESTADUAL DO ARAGUAIA (informações cedidas pela SEMA/ MT)**

O Parque Estadual do Araguaia (PEA) tem como gestor a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT) e está situado na porção leste do Estado do Mato Grosso, entre o Rio das Mortes e a margem esquerda do Rio Araguaia, referenciado nas coordenadas geográficas 11°45' e 12°38' Sul e 50°37' e 50°59' Oeste. O PEA insere-se integralmente no município de Novo Santo Antônio e está distante em 850 km da capital Cuiabá. A Unidade de Conservação em tela faz fronteira com os municípios de São Félix do Araguaia e Ribeirão Cascalheira, ambos no estado do Mato Grosso, e com o estado do Tocantins. É a parte mais ao sul do conjunto de áreas protegidas que se estende ao longo da margem direita do Rio Araguaia, fazendo parte da bacia do Araguaia, entre o Araguaia e seu tributário, o Rio das Mortes<sup>1</sup>.



**Fig. 01 e 02: Localização do PEA. Fonte: Plano de Manejo do PEA/ 2007**

<sup>1</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque\\_Estadual\\_do\\_Araguaia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Estadual_do_Araguaia)

O Parque Estadual do Araguaia foi criado pela Lei nº 7.517, de 28 de setembro de 2001, com uma área de cerca de 230.000 hectares (570.000 acres). Os objetivos de sua criação foram proteger os recursos hídricos, permitir o movimento da fauna nativa, preservar uma amostra representativa dos ecossistemas da região e apoiar o uso público controlado, a educação e a pesquisa científica. Os limites do PEA foram revistos em 2006, através da Lei nº 8.458, de 17 de janeiro de 2006, atingindo os atuais 223.169 hectares. O Plano de Manejo do PEA foi elaborado em 2007 e aprovado em dezembro de 2008, através da Portaria nº 152, de 11 de dezembro de 2008.

A região do PEA, no nordeste mato-grossense, está na zona de contato entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, apresentando extensas áreas de campos sazonalmente inundados, os chamados campos de murundus, complexos de Cerrado/Cerradão, Mata inundável, Mata Seca.

De um modo geral o relevo da região é constituído por chapadas e depressões e o clima da região é tropical.

A fauna do Parque Estadual do Araguaia caracteriza-se por grande diversidade, abrigando animais como: macaco-prego, bugio, etc; de áreas abertas de cerrado: lobo-guará, veado-campeiro; de regiões alagadas, como o cervo-do-pantanal e a capivara. A UC serve também de morada para animais de ambientes aquáticos como o boto cor-de-rosa, a ariranha e tartarugas.

O acesso ao município de Novo Santo Antonio é realizado por estrada de terra trafegável em todas as estações do ano. O acesso ao PEA, por automóvel, somente pode ser realizado no inverno, pois na época da cheia os rios Araguaia e das Mortes transbordam e suas águas invadem grande parte do parque, impossibilitando o deslocamento por automóvel. Outra possibilidade é se deslocar de avião de pequeno porte até o município de Novo Santo Antonio, onde existe um campo de aviação.

### **3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

A presente especificação visa fornecer às empresas de arquitetura e engenharia, com a habilitação requerida neste documento, requisitos mínimos necessários à formulação de propostas, bem como definir as diretrizes a serem observadas para a elaboração dos serviços acima referenciados, a ser contratada por meio de seleção na modalidade Tomada de Preços.

Esta Especificação tem por objetivos específicos:

- Caracterizar o objeto a ser contratado.
- Estabelecer as normas, especificações e procedimentos que orientam os processos de desenvolvimento, aprovação e avaliação de projetos, objeto da contratação.
- Estabelecer a metodologia de planejamento gerencial das atividades a serem desenvolvidas.
- Estabelecer as formas de medição e fiscalização dos serviços que serão desenvolvidos durante o cumprimento do Contrato.

### **4. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO**

A atual demanda da UC é a implantação de Sede Institucional, a ser construído em área urbana do distrito sede do município de Novo Santo Antônio, limítrofe à UC, em terreno com



aproximadamente 480 m<sup>2</sup> e dimensões retangulares (aprox. 30 x 15m), localizado à Quadra 24, Lote 02, Rua M, do loteamento urbano “Novo Santo Antônio, de posse do estado do Mato Grosso, conforme informado pela SEMA/ MT.

### **Sede Institucional**

Conforme definido previamente pela Gerência da UC e pela SEMA/MT, a Sede Institucional deverá dar apoio as atividades institucionais do PEA.

O local para implantação localiza-se na zona urbana do distrito sede de Novo Santo Antônio e está nas bordas da UC, conforme as coordenadas geográficas 12°17'22"N e 50°58'13"E. O local possui um poço artesiano desativado e contará com fornecimento de energia elétrica pela concessionária.



2024.05.03 | 12°17'23"N 50°58'13"E  
24mm f/2.8 1/160 ISO100

**dji** MAVIC AIR 2

**Fig. 02: Vista do terreno para implantação da Sede Institucional do PEA. Fonte: SEMA/ 2024**

O projeto deverá seguir um croqui preliminar, fornecido pela SEMA/ MT, que deverá ser referencial ao desenvolvimento do projeto alvo desta especificação. Entretanto, ressalta-se que o citado croqui será apenas uma referência, podendo ser adaptado e modificado pela contratada. Segue abaixo o modelo e outras fotos do terreno.

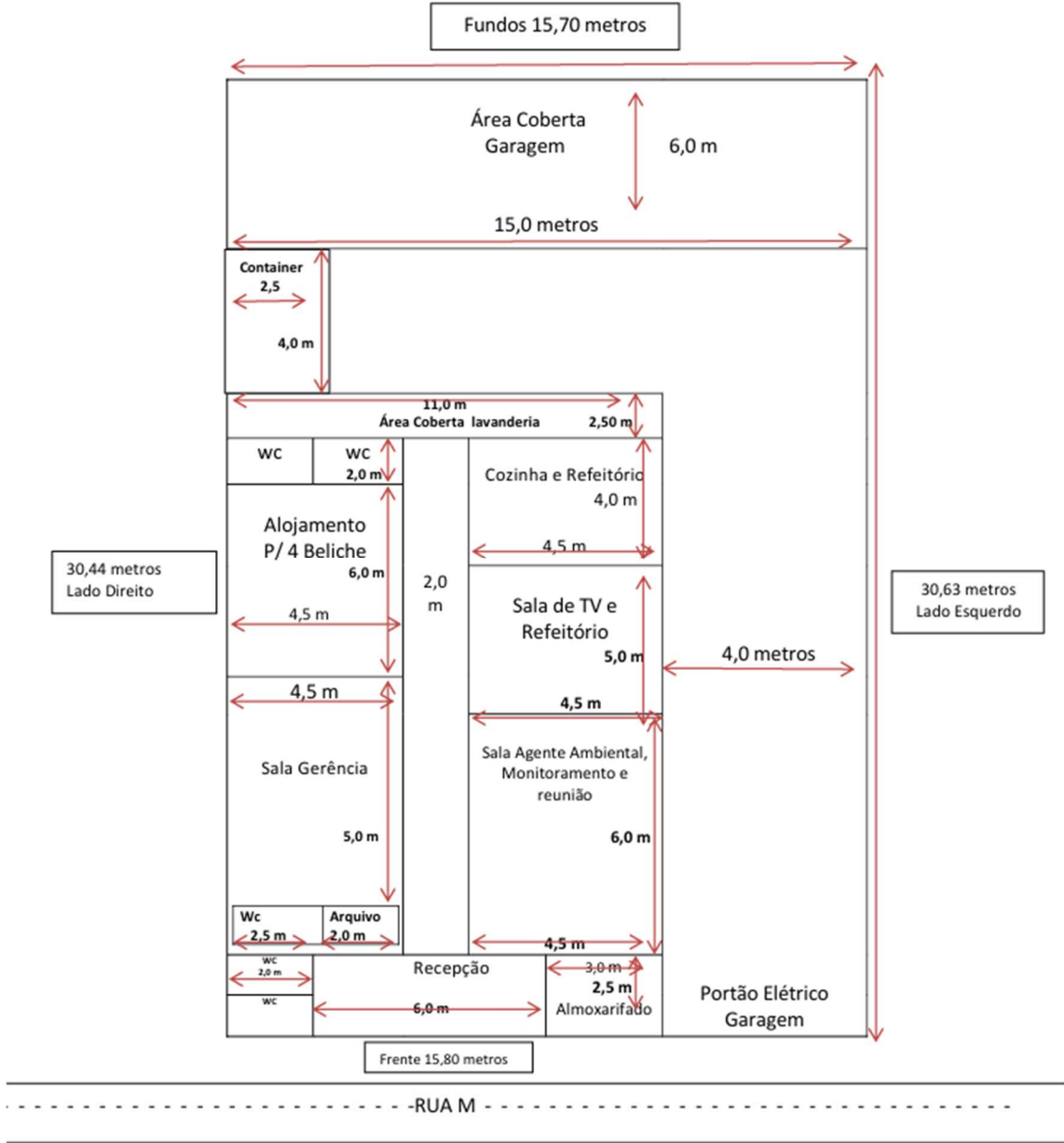


Fig. 03: Croqui preliminar para a Sede Institucional. Fonte SEMA/ 2024.





2024.05.03 | 12°17'23"N 50°58'13"E  
24mm f/2.8 1/200 ISO100

**dji** MAVIC AIR 2

**Fig. 04: Vista Frontal do terreno. Fonte: SEMA/2024**



2024.05.03 | 12°17'23"N 50°58'12"E  
24mm f/2.8 1/200 ISO100

**dji** MAVIC AIR 2

**Fig. 05: Vista Aérea do terreno. Fonte: SEMA/2024**



No que diz respeito à concepção da Sede Institucional, os projetos de Arquitetura e Engenharia deverão contemplar o seguinte programa arquitetônico:

**Galpão Operacional: área prevista de 400 m2**

- Garagem para 02 veículos e 02 carretas (transporte barcos);
- Almoxarifado;
- Lavanderia/ Serviços;
- Cozinha;
- IS Funcionários;
- Alojamento (04 beliches);
- Sala TV/ Refeitório;
- Escritório Agente de Parque/ Sala de Reunião;
- Escritório Gerente;
- Recepção;
- I.S Público.

Os Projetos de Arquitetura e Engenharia deverão seguir as especificações do item 5 e Anexo I abaixo.

**5. ESCOPO DOS SERVIÇOS**

Os serviços compreendem a especificação técnica e suporte técnico à SEMA no fornecimento de pessoal técnico qualificado, bem como demais recursos necessários e especificados, para a execução dos serviços de Projetos de Arquitetura e Engenharia necessários para a implantação da Sede Institucional do PEA.

Os Projetos de Arquitetura e Engenharia deverão contemplar intervenções que causem o mínimo impacto ambiental, tendo como principal pilar a adoção de técnicas construtivas de baixo impacto, vinculadas a métodos construtivos padronizados e construções modulares, a adoção de materiais atóxicos, passíveis de reciclagem e com menor geração de resíduos possíveis. Tem-se também como premissa a adoção de atitudes projetuais e de desenho que primam pela acessibilidade, pela eficiência energética, sempre prezando pela ventilação e iluminação natural, a funcionalidade do espaço como um todo, pelo conforto termoacústico, pela adaptabilidade às características locais de clima e relevo, a alta durabilidade e fácil manutenção, relação equilibrada entre custo e benefício, segurança das edificações e a harmonia na composição das fachadas das edificações. Tais critérios serão especificados à frente.

Os serviços deverão ser executados em consonância com os normativos existentes, em conformidade com os critérios definidos nesta especificação, de acordo com as normas técnicas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como que devem seguir as legislações municipais, estaduais e/ou federais vigentes.

Para encaminhamento da proposta comercial, a concorrente deverá realizar, previamente, visita técnica ao local, acompanhada pelo Gestor da UC, para total conhecimento das demandas, gerais e específicas, assim como do reconhecimento das condições locais, de modo a subsidiar a elaboração da proposta comercial. No ato da visita deverá ser lavrada um Atestado de Visita

Técnica, assinado pelo Gestor da UC, que comprovará o comparecimento da concorrente. Este documento deverá ser anexado à proposta comercial.

#### **5.1. Relação de Produtos e Projetos/ Serviços a serem elaborados**

##### **Produto 01: Serviços Preliminares**

1. Relatório Técnico/ Fotográfico de Vistoria ao local de implantação da Sede Institucional;
2. Levantamento Planialtimétrico do local de implantação da Sede Institucional, com identificação dos pontos de fornecimento de água e energia elétrica;
3. Relatório de Sondagem.

##### **Produto 02: Estudo Preliminar**

1. Definição do Programa de Necessidades;
2. Estudo Preliminar de Arquitetura para implantação da Sede Institucional.

##### **Produto 03: Anteprojeto**

1. Anteprojeto de Arquitetura.
2. Anteprojeto de Estruturas;
3. Anteprojeto de Instalações Prediais;
4. Pré Orçamento (baseado no CUB/ m2).

ATENÇÃO: Os Produto 04A e 04B, que serão apresentados abaixo, deverão ser desenvolvidos de maneira concomitante.

##### **Produto 04A: Projetos Legais:**

1. Aprovação/ Regularização de projeto na Prefeitura Municipal;
2. Aprovação de Projeto de Entrada de Energia na Concessionária local de energia elétrica;
3. Aprovação de Projeto no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso;
4. Aprovação de Projeto ou Anuência junto aos Órgãos Ambientais.

##### **Produto 04B: Projeto Executivo**

1. Projeto Executivo de Arquitetura, inclusive Acessibilidade e Pavimentação;
2. Projeto Executivo de Estrutura de Concreto e/ou Metálica, inclusive fundações e cobertura;
3. Projeto Executivo de Instalações Hidrossanitárias;
4. Projeto Executivo de Drenagem Pluvial;
5. Projeto Executivo de Instalações Elétricas, inclusive Entrada de Energia;
6. Projeto Executivo de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP);
7. Projeto Executivo de Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica (SPDA);
8. Projeto Executivo de CFTV/ Alarme;
9. Projeto Executivo de Ar Condicionado/ Ventilação/Climatização;
10. Projeto Executivo de Paisagismo;
11. Projeto Executivo de Impermeabilização;
12. Projeto de Terraplanagem;
13. Coordenação e Compatibilização dos Projetos Executivos elencados acima;

14. Planilha de Orçamentos, com base nas tabelas de referência do órgão estadual e/ou, quando necessário, as tabelas de referência SINAPI, acompanhada das Memórias de Cálculo dos Quantitativos, Memória de Cálculo para Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e Mapa de Cotações;
15. Caderno de Especificações Técnicas dos Materiais e Serviços/ Memorial Descritivo para todas as disciplinas acima;
16. Memória de Cálculo, para todas as disciplinas acima;
17. Relatório Técnico/ Manual para Uso, Operação e Manutenção das Edificações.

## **5.2. Características dos Serviços a serem executados:**

### **Caracterização dos Serviços:**

A CONTRATADA deverá realizar, previamente ao desenvolvimento dos projetos, vistorias técnicas observando as demandas específicas de cada disciplina proposta nesta especificação. A primeira a ser realizada deverá ser o Relatório Técnico/ Fotográfico de Vistoria ao local de implantação da Sede Institucional, para conhecimento do local e a avaliação sobre a infraestrutura física disponível. Tal vistoria deverá ser complementada com as informações sobre as legislações de regularização urbana e ambiental, técnicas construtivas, Normas Técnicas aplicáveis, entre outros.

O Relatório deverá reunir e resumir as informações coletadas em visita, na pesquisa documental e as precedentes, de qualquer natureza, que possam influir na implantação do empreendimento. O Relatório deverá identificar, por meio de textos e imagens, problemas antigos e novos que possam ter surgidos. O Relatório deverá ser elaborado contendo formulários e planilhas, que indiquem os elementos cadastrados, correlacionando-os aos desenhos, fotos, coordenadas geográficas, bem como descrições e/ou observações complementares que se façam necessárias.

A CONTRATADA deverá elaborar os desenhos de cadastro, tantos quanto forem necessários, de forma a permitir a clara leitura da infraestrutura existente disponível para subsidiar a elaboração dos projetos executivos e suas respectivas aprovações.

A CONTRATADA deverá elaborar, conforme a Norma Técnica NBR 13133, a execução do Levantamento Planialtimétrico.

A CONTRATADA deverá elaborar Relatório de Sondagem do Solo, conforme NBR 6484.

A CONTRATADA deverá, após elaboração do levantamento planialtimétrico, sondagem e cadastro da infraestrutura existente, elaborar os projetos a serem desenvolvidos considerando as demais 04 (quatro) fases de elaboração: Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projeto Legal, Projeto Executivo, os quais devem ser analisados e aprovados por fiscal/ corpo técnico definido pelo Órgão Gestor da UC. Cada uma das fases aqui citadas deverá ser alvo de análise e aprovação pelo fiscal/ corpo técnico citado acima e a CONTRATADA somente poderá iniciar uma nova fase após aprovação formal da fase anterior.

O Estudo Preliminar e o Anteprojeto deverão ser aprovados pela Gestão da UC, assim como pelo órgão estadual responsável pela UC e devidamente apresentada ao Conselho Consultivo da UC.

Após a aprovação do Estudo Preliminar e Anteprojetos citados no parágrafo acima, faz-se necessário desenvolver os Projetos Legais e aprová-los nos respectivos órgãos reguladores citados no item 5.1, com as devidas especificidades necessárias a cada órgão competente.

Os Projetos de Arquitetura e Complementares deverão prever as adequações necessárias para atendimento às Normas de Acessibilidade vigentes, garantindo o uso do espaço às pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

A CONTRATADA deverá especificar materiais e métodos construtivos, produtos e processos que atendam o desempenho mínimo estabelecido no layout proposto, com base nas normas e no desempenho declarado pelos fabricantes dos produtos a serem empregados na fase de operação da edificação.

A preservação e a conservação da biodiversidade pretendida pela UC, e seu uso sustentável, exige não apenas que se mantenha a sua integridade física e simbólica, mas que também fenômenos lesivos a sua integridade sejam minimizados e controlados. Concomitantemente, o uso público da UC exige que sejam dadas destinações específicas que permitam contribuir para o desenvolvimento social em geral e, em particular, para o desenvolvimento das comunidades às quais eles estão diretamente associados. A relação entre salvaguarda e destinação, entre preservação/conservação e desenvolvimento, deve se dar, necessariamente, de forma sustentável e que garanta que a natureza seja entendida permanentemente como portadora de relevante significação e, assim sendo, ocupe um lugar de destaque no passado, presente e futuro, na memória, cotidiano e projetos de uma sociedade.

Para tal, dotar a UC de uma infraestrutura compatível e eficiente, que atenda aos usuários de maneira universal e que seja efetiva social e economicamente, permite, inclusive, afetar positivamente tais usuários, introjetando os conceitos de educação ambiental, de inclusão e de sustentabilidade que serão intrínsecas às intervenções.

Desta forma, traçamos a seguir as diretrizes de sustentabilidade a serem cumpridas pelas intervenções no interior da UC, quando for o caso:

**Tabela 01. Diretrizes de Sustentabilidade**

Acessibilidade Universal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eliminar barreiras, nas áreas de circulação, nas edificações e nas redes de transportes e comunicação, que permitam o uso público da UC, com autonomia e segurança, à qualquer usuário;</li> <li>• Nas reformas adaptativas buscar soluções que permitam, dentro do possível, a acessibilidade universal;</li> <li>• Estabelecimento de Rotas Acessíveis;</li> <li>• Reservar vagas específicas aos Pessoa com Deficiência (PCD);</li> <li>• Melhoria da pavimentação das vias de circulação, eliminando barreiras;</li> <li>• Transportes Internos: modais acessíveis que permitam o deslocamento interno dos portadores de necessidades especiais;</li> <li>• Fazer da acessibilidade universal um meio de inclusão;</li> </ul>
Fontes Limpas e Renováveis de Energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquecimento de Água via coletores solares;</li> <li>• Geração elétrica por placas fotovoltaicas, principalmente em áreas remotas.</li> </ul>



## Especificação nº 01/2024

Uso Racional da Energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ventilação e Iluminação Natural;</li> <li>• Iluminação artificial de baixo consumo e com desligamento automatizado;</li> <li>• Ambientes em cores claras;</li> <li>• Atitudes Projetuais (Arquitetura) com adaptabilidade às características locais de clima e relevo;</li> <li>• Dimensionamento Eficiente da Rede;</li> </ul>
Uso Racional Água	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuso de Águas Pluviais e das Águas Cinzas (pós-tratamento químico ou biológico) para irrigação, limpezas gerais, vasos sanitários;</li> <li>• Mecanismos de Regulação/ Economia de Uso de Água;</li> <li>• Utilização de bacias com caixa acoplada;</li> <li>• Arejadores de vazão para torneiras;</li> <li>• Mictórios automáticos com válvula de baixa vazão;</li> </ul>
Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização de Equipamento com Certificação de Eficiência Energéticas</li> </ul>
Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preferência por fornecedores com certificado ambiental;</li> <li>• Preferência por fornecedores locais</li> </ul>
Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Separar na origem (reciclável e não reciclável) e dar destinação final</li> <li>• Compostagem local de compostos orgânicos e posterior utilização do composto para fertilização de jardins;</li> </ul>
Esgotamento Sanitário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deve-se dar especial atenção ao projeto de tratamento de efluentes. Ressalta-se a necessidade de se adotar padrões de pureza compatíveis com a legislação pertinente, além de ser recomendável a adoção de sistemas demonstrativos de vanguarda, mesmo que parciais. Não serão admitidos descartes de efluentes nos cursos d'água (CONAMA nº 430/2011), devendo ser priorizados sistemas de reuso e/ou evapotranspiração e/ou valas de infiltração.</li> <li>• Utilização, nas áreas urbanizadas, de Biodigestores Estanques pré-fabricados e sumidouro de infiltração ou interligação na rede publica de esgotamento sanitário.</li> </ul>
Supressão Vegetal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As áreas para implantação de novas estruturas, edificadas ou áreas urbanizadas, deverão abarcar zonas já antropizadas ou descampadas, visando a minimização dos impactos relativos à supressão vegetal nativa ou em recuperação.</li> </ul>

Todas as obras e intervenções indicadas neste caderno deverão orientar-se por materiais com alto padrão de eficiência e sustentabilidade, assim como obras rápidas, limpas e organizadas, promovendo o mínimo impacto quando de sua inserção.

Além da escolha por intervenções e materiais sustentáveis, a infraestrutura proposta para a UC abará, conforme indicado, os princípios claros da acessibilidade universal, o acondicionamento e destinação correta dos resíduos sólidos (lixo e resíduos de obras), além de um sistema ecologicamente eficiente, e tecnicamente viável, de acordo com as características locais, para condução, tratamento e destinação do esgotamento sanitário.

Assim, apresentamos a seguir os requisitos mínimos para as intervenções propostas, quando for o caso:

**Tabela 02. Diretrizes para as Edificações**

Pé direito áreas de permanência	2,80 m
Pé direito para área de não permanência	2,50 m
Dimensão Mínima para ambientes de permanência	6 m <sup>2</sup>
Quantidade mínima de sanitários	1 para cada 30 usuários
Iluminação	200 lux geral 500 lux áreas de trabalho
Desníveis	NBR 9050/ 2020
Portas Acessíveis	NBR 9050/ 2020
Portas Comuns	80 cm
Ventilação e Iluminação	Área mínima de 0,60 m <sup>2</sup> ou 10% da área do cômodo*
Forros	Material não-combustível e entreferro de 15 cm
Pisos Molhados	Porcelanato ou Cimentício, PEI 5, absorção de água <=20%, claro
Paredes Molhadas	Porcelanato ou Cimentício, PEI 3, absorção de água <=20%, claro
Pisos Externos	Cimentícios, permeáveis e antiderrapante
Paredes	Rebocadas e Pintadas com tinta acrílica ou revestimento pré-fabricado
Coberturas	Eficiência Termo-Acústica;
Instalações Gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dimensionamento e Instalação de Redes Elétricas, Hidrossanitários e de Drenagem Eficientes;</li> <li>• Instalações e Equipamentos de Prevenção e Combate ao Incêndio, com aprovação do Corpo de Bombeiros (AVCB);</li> <li>• Dimensionamento e Instalação de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA);</li> <li>• Dimensionamento e Instalação de Rede de Lógica Integrada;</li> <li>• Dimensionamento e Instalação de Rede de Comunicação;</li> <li>• Dimensionamento e Instalação de Rede de Segurança e CFTV</li> </ul>

Iluminação	<ul style="list-style-type: none"> <li>O projeto de iluminação artificial deve ter como diretriz a necessidade de se evitar qualquer emissão de luz desnecessária para dentro da área de uso mais controlada da UC, dada a priorização da conservação da biodiversidade (exemplos e alternativas: iluminação direcionada para fora da UC, iluminação com foco, redução da altura dos postes etc.) e deve incluir a iluminação dos pórticos e fachadas das edificações, se for o caso.</li> </ul>
Recomendação Geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>As construções deverão ser adaptadas as mudanças climáticas (regime pluviométrico severo, captação, armazenamento e reuso de água pluviais, resistência à vendavais, etc.)</li> </ul>

A especificação de materiais para as obras de intervenção deverá prezar pela sustentabilidade, que minimize o impacto ambiental no interior da UC, e na sua cadeia de produção, sendo indicado a busca dos materiais certificados. Para além, as especificações deverão obedecer a critérios técnicos e as normas vigentes. A especificação e utilização/ contato com materiais perigosos deverá ser eliminado ou severamente mitigado.

Recomenda-se também que a escolha dos materiais e paleta de cores para a intervenção, tenha integração estética com a ambiência edificada já existente na UC, buscando-se harmonia e integração entre as edificações.

No que tange às edificações novas, as intervenções deverão prezar pela autenticidade e pela sua inserção temporal, tendo como pressuposto a adoção de técnicas construtivas modernas e sustentáveis, modulares e de fácil reprodução, que marquem no espaço sua distinguibilidade para com as demais construções existentes.

Faz parte do escopo também, a elaboração de Planilha Orçamentária (incluindo curva ABC) contemplando todos os serviços e adequações necessários para execução da obra acompanhada das Memórias de Cálculo e Levantamento dos Quantitativos de todas as disciplinas, por prancha, e Mapas de Cotação.

A documentação gráfica da planilha orçamentária deverá ser apresentada em formato XLSX, tendo como referência de preços a Tabela de Referência disponibilizada pelo órgão estadual e/ou Tabela do SINAPI.

Para os itens que não constantes nas tabelas acima, deverá ser criada composição de custo unitário, com no mínimo 3 (três) cotações específicas, bem como apresentar mapa de coleta de preço, contendo a descrição completa da especificação técnica, definição da unidade e quantitativo levantado, acompanhado dos três orçamentos, em papel timbrado do fornecedor, devidamente assinado. Junto à Planilha Orçamentária deverá ser apresentada também, a CURVA ABC.

Todos os Projetos e Serviços listados acima deverão ser acompanhados do respectivo Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU BR ou da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA do estado, pelos do Responsáveis Técnicos.

## 6. RESULTADOS, PRODUTOS ESPERADOS E CRONOGRAMA

A empresa deverá cumprir as atividades listadas acima, apresentando como resultado os produtos especificados no item 5.1, conforme cronograma abaixo:

**Tabela 03: Cronograma Físico/ Financeiro**

Nº Produto	Descrição	Prazo de Entrega (dias a partir da assinatura do contrato)	Prazo de avaliação do Produto pelo fiscal/ corpo técnico definido pela Gestão da UC	Prazo de atendimento das revisões apontadas pelo fiscal/ corpo técnico definido pela Gestão da UC e entrega final do Produto	% valor contrato a ser medido
Produto 01	Serviços Preliminares	20 dias	10 dias	07 dias	15%
Produto 02	Estudo Preliminar	57	10 dias	07 dias	15%
Produto 03	Anteprojeto	94	10 dias	07 dias	20%
Produto 04A	Projetos Legais	140	10 dias	07 dias	15%
Produto 04B	Projetos Executivos	185	10 dias	07 dias	35%

O prazo total para execução dos Produtos 01 a 04B será de 185 dias, a partir da assinatura do contrato.

O contrato deverá ter vigência de 245 dias.

## 7. EQUIPE TÉCNICA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA

### 7.1. Equipe Técnica

A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica adequada para execução dos serviços para a execução dos serviços e compatível com o objeto desta especificação, que deverá conter pelo menos:

- 01 (um) Arquiteto Coordenador-Geral de Projetos com experiência em coordenação e/ou supervisão e/ou gerenciamento de projetos em **Unidades de Conservação e/ou com porte semelhante ao objeto desta especificação;**
- 01 (um) Arquiteto com experiência comprovada em Projetos de edificações/acessibilidade e paisagismo **com porte semelhante ao objeto desta especificação;**
- 01 (um) Arquiteto ou Engenheiro, com experiência em Projetos Hidrossanitários, impermeabilização e Drenagem pluvial **com porte semelhante ao objeto desta especificação;**
- 01 (um) Engenheiro Eletricista, com experiência comprovada em Projetos Elétricos, Cabeamento, SPDA, CFTV/ Alarme **com porte semelhante ao objeto desta especificação;**



- 01 (um) Engenheiro Civil, com experiência em Projetos Estruturais e Cálculos em Estruturas de Concreto e Metálica e Projetos de Cobertura **com porte semelhante ao objeto desta especificação;**
- 01 (um) Arquiteto ou Engenheiro, com experiência em Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico **com porte semelhante ao objeto desta especificação;**
- 01(um) Engenheiro Mecânico, com experiência comprovada em Projetos de Climatização/ Ar-Condicionado **com porte semelhante ao objeto desta especificação;**
- 01 (um) Arquiteto ou Engenheiro, com experiência em elaboração de planilha orçamentária **com porte semelhante ao objeto desta especificação.**

A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da concorrência, Relação da Equipe Técnica acima, acompanhada de declaração da concorrente no sentido de que, sagrando-se vencedora do certame, irá compor a equipe técnica obedecendo às exigências aqui estabelecidas.

O Coordenador-Geral de Projetos poderá acumular outras funções, além de ser o Responsável Técnico pela pessoa jurídica a ser CONTRATADA.

Os demais membros da Equipe Técnica poderão acumular habilidades nas várias disciplinas exigidas acima, desde que tais habilidades sejam comprovadas por meio da Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pela entidade competente, conforme especificações abaixo.

Os membros da Equipe Técnica relacionados deverão demonstrar vínculo com a pessoa jurídica a ser CONTRATADA, sendo o vínculo demonstrado através de:

- Na situação de sócio, a comprovação será realizada mediante cópia do contrato social. Na situação de empregado, a comprovação de seu vínculo será feita através de ficha ou de livro de registro de empregado ou de contrato de trabalho.
- Nos demais casos será suficiente à prova da existência de contrato de prestação de serviço regido pela legislação cível comum.

## **7.2. Capacitação Técnica**

Para fins de comprovação da qualificação técnica e experiência dos membros da equipe técnica, a empresa concorrente deverá apresentar, no ato da concorrência, a Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), para cada um dos membros da equipe, com especificação técnica compatível com o objeto da concorrência (característica da edificação e área construída).

A pessoa jurídica, e os membros equipe técnica, deverão apresentar Registro e Certidão de regularidade junto ao CAU e/ou CREA.

A pessoa jurídica, e os membros equipe técnica, deverão apresentar currículo de até 3 páginas. A FISCALIZAÇÃO, a qualquer tempo, poderá requerer, por meio de correspondência fundamentada, a substituição de membros da equipe que, a seu juízo, não estejam correspondendo aos princípios de eficiência e de qualidade exigidos para a execução dos serviços.

## **8. PLANEJAMENTO GERENCIAL DAS ATIVIDADES**

As atividades serão balizadas por meio de reuniões integradas entre a gestão da UC beneficiária e a CONTRATADA.

As reuniões serão realizadas periodicamente em data pré-fixada, e sempre que a FISCALIZAÇÃO do contrato julgar necessário, devendo ser registradas em atas, que deverão ser enviadas às partes interessadas.

No ato da assinatura do contrato será agendada a primeira reunião de coordenação, com a gestão da UC beneficiária e a Equipe Técnica da CONTRATADA, juntamente, com o fiscal de contrato designado para tal. A reunião terá o intuito de esclarecer possíveis dúvidas referentes à execução dos serviços contratados, e terá como objetivos:

- Apresentação do gestor da UC Beneficiária e da Equipe Técnica responsável pelo desenvolvimento dos serviços contratados.
- Nivelamento das informações entre toda a equipe técnica envolvida.
- Transmissão, pela equipe da UC beneficiária, dos procedimentos de gestão do Contrato, das instruções iniciais e das diretrizes para a elaboração dos projetos e planilha orçamentária.
- Esclarecimentos Gerais.

A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data estabelecida na assinatura do contrato, um Plano de Trabalho, contendo as seguintes informações:

- Plano de Trabalho, com cada uma das atividades de uso direto ou indireto dos serviços, assim como a metodologia proposta para controle, coordenação, articulação e integração dos trabalhos envolvidos no Projeto e cronograma proposto para a execução dos serviços, validado ou, caso necessário, apresentar proposta de revisão do cronograma, para aprovação pela UC beneficiária, mantendo o prazo final de execução dos serviços estabelecido no item 6 desta especificação.

## **9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS**

Todos os documentos deverão ser produzidos com o uso de Programas de Informática e gravados em Meio Magnético e disponibilizados através da internet, de modo tal que seja possível sua leitura e modificação através dos Programas de Informática da UC beneficiária:

- Para a edição de textos o Programa Padrão é o “Word” (para ambiente “Windows”, da Microsoft). Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos nas extensões “doc ou docx”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”, assim como extensões que atendam o software LibreOffice, utilizado pelo órgão gestor;
- Para a edição de planilhas o Programa Padrão é o “Excel”, da Microsoft (para ambiente “Windows”, da Microsoft). Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos nas extensões “xls ouxlsx”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”, assim como extensões que atendam o software LibreOffice, utilizado pelo órgão gestor;
- Para apresentações multimídias os programas padrões são: o “Power Point”, da Microsoft. Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos nas extensões “ppt ou pptx”,

além dos arquivos com a extensão em “pdf”, assim como extensões que atendam o software LibreOffice, utilizado pelo órgão gestor;

- Para a produção de desenhos (CAD) o Programa Padrão é “AutoCAD”, versão 2012 ou inferior. Independentemente do Sistema utilizado para execução dos desenhos, deverão ser fornecidos, em todas as etapas, os Arquivos Eletrônicos nas versões “dwg” e “dxf”, além dos arquivos em “pdf”. Deverão ser indicadas, em cada desenho, as configurações adotadas (penas, textos, etc.);
- Preferencialmente, os Projetos Executivos deverão ser entregues em formato A1 ou A1+.
- Para a produção de Planilha de Orçamentos de Obras e Serviços de Engenharia, poderá ser usado qualquer programa de orçamentação de obras e serviços de engenharia que atenda a especificação, contudo deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos em planilha eletrônica padrão “Excel”, além dos arquivos em “pdf”;
- Para o Planejamento de Atividades, o Programa Padrão é o “MS-Project”, da Microsoft (para ambiente “Windows”, da Microsoft).
- Para a Comunicação Visual, os produtos devem ser entregues também em arquivos editáveis compatíveis com o programa Corel Draw 12.
- Para as Perspectivas Humanizadas, deverão ser utilizados programas de renderização de projetos (ArchiCad, SketchUp etc), e fornecidas imagens no formato “jpg” em alta resolução (300 dpi), com tamanho de referência de 3 metros x 2 metros e no padrão de cores CMYK. Os vídeos de ilustração das fases de Estudo Preliminar e Anteprojeto devem ter formato mp4 e resolução mínima Full HD (1920 pixels por 1080 pixels);
- Cada Produto deverá ser apresentado em cadernos individuais, organizados com índices, conforme modelo organizacionais a serem fornecidos pela CONTRATANTE.

Todos os produtos finais deverão ser entregues à gestão da UC beneficiária, por e-mail ou arquivo em nuvem, a ser especificado pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá emitir e entregar o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT – CAU) e/ou a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART – CREA) junto ao conselho responsável de todos os produtos contratados.

O projeto e seus produtos relacionados devem ser fornecidos em escalas, padrões e legendas compatíveis com as Normas Técnicas (ABNT) e as legislações federal, estadual e municipal e de acordo com as exigências dos órgãos licenciadores e da Caixa Econômica Federal para contratação de obras.

## **10. DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS**

A fiscalização do Contrato é competência e responsabilidade da CONTRATANTE, e consiste em supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, exigindo da CONTRATADA o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, segundo procedimentos definidos nesta especificação e no Contrato, e em conformidade com as especificações, normas técnicas e legislação pertinente.

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por Servidor(es) alocados na UC beneficiária, formalmente designado(s) para tal, permitida a contratação de terceiros, empresa

de Consultoria, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição caso os mesmos não sejam habilitados para tal atividade.

#### **11. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR DA UC**

Compete ao órgão gestor da UC :

- Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar o seu trabalho de acordo com as normas pactuadas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços através de servidores especialmente designados e habilitados para tal;
- Acompanhar o cronograma físico-financeiro e informar à CONTRATADA as divergências observadas em relação à execução dos Serviços;
- Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições;
- Paralisar e/ou solicitar que seja refeito qualquer serviço que não seja executado em conformidade com norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do Contrato;
- Exigir da CONTRATADA a substituição dos profissionais, caso seja constatada a sua inadequação para conduzir os serviços conforme especificado, ou exigir maior número de profissionais para recuperar atrasos de cronograma;
- Verificar e aprovar os Projetos;
- Reportar a CONTRATANTE toda e qualquer anormalidade durante a execução dos serviços pela CONTRATADA;
- Emitir o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) dos serviços, nas datas previstas.

#### **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Compete à CONTRATADA adotar as providências a seguir relacionadas, para a adequada execução dos Serviços:

- Emitir, num prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, as ARTs e RRTs relativas aos serviços contratos. As taxas e emolumentos relativos à emissão das ARTs e RRTs deverão ser pagas pela contratada, sem ônus à contratante. Num prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato as ARTs e RRTs deverão ser apresentadas e entregues à FISCALIZAÇÃO.
- Iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir da data da última assinatura do contrato;
- Permitir e facilitar o pleno exercício das funções da FISCALIZAÇÃO estabelecida;
- Acatar toda orientação técnica advinda da FISCALIZAÇÃO com relação aos serviços, desde que estas não impactem em mudança significativas no contrato ou projeto;
- Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às disposições da especificação e do Contrato, às Normas Técnicas aplicáveis, às Especificações Técnicas, às Planilhas de Quantitativos e Preços, além das instruções oriundas da FISCALIZAÇÃO;
- Manter, durante a vigência do Contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo de seleção, em especial a equipe de técnicos, indicada para fins de capacitação técnica profissional, admitindo-se, excepcionalmente,



a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pelo CONTRATANTE

- Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, civis, previdenciários e trabalhistas, decorrentes da execução do Contrato.
- Responsabilizar-se pelo pagamento dos custos referentes à logística (deslocamento, hospedagem, alimentação, equipamentos, etc.) decorrentes da execução do Contrato.
- Ser responsável civil pelos serviços e manter a frente dos trabalhos o(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) na seleção, que deverá ter todo poder para representá-la junto ao CONTRATANTE.
- Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade dos serviços que executar, respondendo pela exatidão dos estudos, cálculos e dos projetos.
- Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para retirar ou substituir qualquer funcionário, cujo trabalho não estejam atendendo a contento e tecnicamente às suas solicitações.
- Providenciar as aprovações e registros específicos junto aos órgãos competentes, municipais, estaduais e/ou federais, tais como, Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, Concessionárias de Serviços Públicos, Patrimônio Histórico, conforme o caso. As Taxas e Emolumentos necessários para a aprovação serão por conta da CONTRATADA;
- Comunicar à FISCALIZAÇÃO e ao CONTRATANTE a ocorrência de quaisquer atos, circunstâncias ou anormalidades, que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias.
- Encaminhar ao gestor da UC beneficiária e ao CONTRATANTE, quando identificada a necessidade da prorrogação do prazo de execução dos serviços, solicitação de aditivo ao Contrato, até 45 (quarenta e cinco) dias corridos antes do seu vencimento, mediante apresentação formal de motivos estritamente técnicos ou supervenientes que a justifiquem, acompanhado do Cronograma Físico-Financeiro adequado ao novo prazo proposto, para análise e aprovação.
- Encaminhar ao gestor da UC beneficiária e ao CONTRATANTE, no caso da verificação no decorrer dos serviços da necessidade de acréscimo de serviços ou serviços não previstos no Contrato, solicitação de aditivo de valor ao Contrato, até 10 (dez) dias corridos após a sua constatação, mediante apresentação formal de motivos estritamente técnicos ou supervenientes, para análise e aprovação.
- Após o exame e aprovação das justificativas apresentadas e acerto da planilha, a CONTRATADA deverá entregar ao gestor da UC beneficiária e à FISCALIZAÇÃO o novo Cronograma Físico-financeiro adequado às alterações propostas, visando à formalização do aditivo.
- Manter seus empregados, quando nas dependências da UC beneficiária, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual deverá constar, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e sua fotografia.
- Informar formalmente aos seus empregados as premissas de trabalhos dentro de Unidade de Conservação como proibição de pesca, caça de animais, limpeza, princípios éticos ambientais, etc.

- Os atrasos no cumprimento do cronograma de elaboração dos serviços não justificados ou com justificativas não aceitas pela gestão da UC e reportados ao CONTRATANTE serão punidos com a aplicação de multas e/ou outras penalidades previstas no contrato.
- Caso seja necessário, quando da conclusão dos Projetos, deverá ser emitida nova Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU, referenciando os dados definitivos dos projetos.
- Adotar protocolos de segurança sanitária, sobretudo quanto à disseminação do COVID e quanto aos grupos de risco, como as gestantes.
- A CONTRATADA deverá realizar a aprovação dos projetos executivos na prefeitura do município que será executado o empreendimento.

Para além das obrigações cima, a CONTRATANTE exigirá que a CONTRATADA cumpra ainda as solicitações abaixo:

- Em caso de serviços com furação de solo/ movimentação de terra (exemplo: sondagem), prever protocolo para ACHADOS FORTUITOS;
- Promover Ambiente de trabalho deve ser livre de assédio moral e sexual;
- Promover Ambiente de trabalho deve ser livre de preconceito contra minorias;
- Fiscalizar que a Carga horária legalmente estabelecida deve ser respeitada;
- Promover Pagamento equivalente para homens e mulheres;
- Desenvolver treinamento para que a equipe de campo seja capacitada sobre assédio e gênero;
- Proibir Trabalho Infantil;
- Promover canais de denúncias (Grievance) relativas à assédios sexuais, morais e discriminação contra minorias no ambiente de trabalho (ex.: livro de reclamações, ouvidoria, etc.);
- Apoiar e divulgar os canais de denúncias (Grievance).

### **13. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS**

Todos os produtos/ serviços deverão ser entregues, constando a quantidade e formato da prancha e/ou cadernos, com o nome do arquivo, a especificação do projeto/documento e sua descrição.

Os pagamentos, conforme especificado no item 6, serão de acordo com a conclusão/ aprovação de cada um dos produtos que fazem parte desta especificação, que deverão estar devidamente aprovados pelo fiscal/ corpo técnico definido pelo órgão gestor da UC. Após recebimento e aprovação dos produtos o órgão gestor da UC deverá emitir Termo de Recebimento e Aceite no sistema Cérebro e encaminhar os produtos aprovados para a CONTRATANTE.

Após tramites acima, será autorizado a emissão da Nota Fiscal pela CONTRATADA. Após recebimento da Nota Fiscal, a CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis.

### **14. DIREITOS AUTORAIS**

Os direitos autorais das soluções apresentadas nos projetos elaborados, suas especificações técnicas, toda documentação produzida e congêneres e todos os demais produtos gerados na execução do contrato, são de propriedade da CONTRATANTE. Fica proibida a sua utilização pela

CONTRATADA, sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

**Da confidencialidade e propriedade intelectual:**

A CONTRATADA não poderá revelar a qualquer pessoa, governo e/ou a outra entidade externa à CONTRATANTE quaisquer informações gerais e/ou particulares reservadas à CONTRATANTE, relativo aos serviços objetos do contrato;

Esta obrigação de confidencialidade permanece vigente mesmo após o término do Contrato firmado.

**15. RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

A responsabilidade técnica de todos os produtos entregues é da CONTRATADA, mesmo após o término do contrato. Cabendo à mesma esclarecer e ajustar o projeto no caso de haver esta obrigatoriedade por parte dos órgãos licenciadores da CONTRATANTE ou quaisquer outras obrigatoriedades que recaia sobre o projeto, a qualquer tempo.

A análise e aprovação dos produtos entregues pela CONTRATADA para execução do serviço a que se refere esta especificação são de responsabilidade da gestão da UC beneficiária, que terão pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a execução dos serviços desta especificação.

## **ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTO**

Para encaminhamento da proposta comercial, a concorrente deverá realizar, previamente, visita técnica ao local, acompanhada pelo Gestor da UC, para total conhecimento das demandas, gerais e específicas, assim como do reconhecimento das condições locais, de modo a subsidiar a elaboração da proposta comercial. No ato da visita deverá ser lavrada um Atestado de Visita Técnica, assinado pelo Gestor da UC, que comprovará o comparecimento da concorrente. Este documento deverá ser anexado à proposta comercial.

### **PRODUTO 01: SERVIÇOS PRELIMINARES**

A CONTRATADA deverá realizar, previamente ao desenvolvimento dos projetos, vistorias técnicas observando as demandas específicas de cada disciplina de projeto. A primeira a ser realizada deverá ser o Relatório Técnico/ Fotográfico de Vistoria ao local de implantação da Sede Institucional, para conhecimento do local e a avaliação sobre a infraestrutura física disponível na UC. Tal vistoria deverá ser complementada com as informações sobre as legislações de regularização urbana e ambiental, técnicas construtivas, Normas Técnicas aplicáveis, entre outros.

Deverá ser emitido o Relatório Técnico/ Fotográfico de Vistoria, contendo:

- Avaliação do local e seus condicionantes físicos – topografia, vegetação, insolação, elementos construídos etc.;
- Avaliação do entorno – vias de acesso, construções existentes, clima, etc.;
- Caracterização da infraestrutura urbana, serviços públicos tais como rede de água, esgoto, energia elétrica, rede telefônica, pavimentação;
- Avaliação das instalações disponíveis (hidrossanitários e elétricas);
- Alerta sobre eventuais restrições legais não verificadas, listados todos os itens de legislação pertinentes abordados na atividade.

O Relatório deverá reunir e resumir as informações coletadas em visita, na pesquisa documental e as precedentes, de qualquer natureza, que possam influir na implantação do empreendimento. O Relatório deverá ser identificar, por meio de textos e imagens, problemas antigos e novos que possam ter surgidos. O Relatório deverá ser elaborado contendo formulários e planilhas, que indiquem os elementos cadastrados, correlacionando-os aos desenhos, fotos, coordenadas geográficas, bem como descrições e/ou observações complementares que se façam necessárias.

Para tanto a vistoria deverá identificar todos os itens descritos abaixo:

- Reconhecimento e escolha do local para implantação do Galpão Operacional, conforme orientações acima;
- Reconhecimento das Instalações Hidrosanitárias e Elétricas disponíveis na UC;

A CONTRATADA deverá elaborar, conforme a Norma Técnica NBR 13133, a execução do Levantamento Planialtimétrico na forma a seguir: os levantamentos planimétrico e altimétrico serão representados conjuntamente num mesmo desenho. A escala adotada deve ser compatível com as dimensões do terreno e o formato empregado, podendo ser 1:100, 1:200 ou 1:500. O desenho das seções transversais e longitudinais do terreno coincidirão com as linhas básicas. A escala será a mesma da planta do levantamento. Na representação gráfica do

levantamento deverá constar, também, a locação de elementos significativos existentes na área e os seguintes dados:

- Norte verdadeiro;
- Ventos dominantes;
- Curvas de nível traçadas de metro em metro;
- Edificações, caracterizando o seu tipo de construção, a sua área de projeção, o número de pavimentos, o seu perímetro e a cota altimétrica das soleiras externas;
- Construções diversas como muros, cercas, torres de alta tensão, etc.;
- Nomes dos proprietários dos imóveis confrontantes;
- Nomes dos logradouros públicos adjacentes ao terreno com indicação de sua largura e dos passeios e tipo de pavimentação;
- Redes de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, energia elétrica e telefone, com seus respectivos elementos como postes, canalizações, bueiros, caixas de passagem, poços de visita, tubulações, etc., seus alinhamentos cotados e suas profundidades.

A CONTRATADA deverá elaborar Relatório de Sondagem com planta de locação de furos, memorial descritivo das características do solo e perfil geológico do terreno.

#### **PRODUTO 02: ESTUDO PRELIMINAR**

Estudo Preliminar de Arquitetura, composto por:

- Programa de Necessidades, discutido e aprovado pela UC beneficiária e demais órgãos envolvidos;
- Planta de Situação, em escala compatível;
- Implantação, em escala compatível;
- Plantas Gerais Esquemáticas, em escala compatível;
- Planta de Cobertura, em escala compatível;
- Seções Verticais Esquemáticas, em escala compatível;
- Elevações das Fachadas Esquemáticas, em escala compatível;
- Estudos Volumétricos Tridimensionais;
- Memorial Descritivo.

#### **PRODUTO 03: ANTEPROJETO**

Anteprojeto de Arquitetura, Estruturas e Instalações Prediais, composto por:

- Planta de Situação, em escala compatível;
- Implantação cotada, em escala compatível;
- Plantas Gerais cotadas e com layout, em escala compatível;
- Seções Verticais cotadas, em escala compatível;
- Elevações das Fachadas cotadas, em escala compatível;
- Proposta de Sistema Estrutural, com pré-dimensionamento e pré-lançamento das estruturas;
- Proposta de Instalações Prediais com lançamento de alimentação de água e energia, prumadas gerais, esgotamento sanitário (conceito de tratamento proposto) e sistema de drenagem;

- Estudos Volumétricos Tridimensionais;
- Memorial Descritivo com Pré Orçamento de Obra (ref. CUB/ m2).

**PRODUTO 04A: PROJETOS LEGAIS:**

Os projetos legais deverão ser dotados das informações necessárias à aprovação pelos órgãos competentes, constando no mínimo de:

- Planta de Localização, em escala compatível;
- 01 Seção longitudinal do terreno natural e 01 Seção transversal do terreno natural, em escala compatível;
- Implantação, em escala compatível;
- Planta de cada Pavimento, em escala compatível;
- Planta de Cobertura, em escala compatível;
- 01 Corte longitudinal e 01 Corte transversal, em escala compatível;
- Elevações das Fachadas, em escala compatível;
- Elevação do Gradil, em escala compatível;
- Memorial Descritivo;
- Memória de cálculo.

**PRODUTO 04B: PROJETO EXECUTIVO**

Os Projetos Executivos de Arquitetura e Engenharia deverão conter todo conjunto de informações técnicas necessárias (gerais e detalhamento), em quantos formatos forem necessários, para a completa compreensão da edificação e execução das obras, conforme as NBRs vigentes e especificações desta especificação, abrangendo as seguintes disciplinas:

- Projeto Executivo de Arquitetura, inclusive Acessibilidade e Pavimentação;
- Projeto Executivo de Estrutura de Concreto e/ou Metálica, inclusive cobertura;
- Projeto Executivo de Instalações Hidrossanitárias;
- Projeto Executivo de Drenagem Pluvial;
- Projeto Executivo de Instalações Elétricas, inclusive Entrada de Energia;
- Projeto Executivo de CFTV/ Alarme
- Projeto Executivo de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP);
- Projeto Executivo de Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica (SPDA);
- Projeto Executivo de Ar Condicionado/ Ventilação/Climatização;
- Projeto Executivo de Paisagismo;
- Projeto Executivo de Impermeabilização;
- Projeto de Terraplanagem;
- Coordenação e Compatibilização dos Projetos Executivos elencados acima;
- Planilha de Orçamentos, com base nas tabelas de referência do órgão estadual e/ou, quando necessário, as tabelas de referência SINAPI, acompanhada das Memórias de Cálculo dos Quantitativos, Memória de Cálculo para Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e Mapa de Cotações;
- Caderno de Especificações Técnicas dos Materiais e Serviços/ Memorial Descritivo para todas as disciplinas acima;
- Memória de Cálculo, para todas as disciplinas acima;
- Relatório Técnico/ Manual para Uso, Operação e Manutenção das Edificações.